

VALE DO PATI: PARQUES NACIONAIS E A POPULARIZAÇÃO DO ECOTURISMO A PARTIR DOS ANOS 1980¹

Daniel SCHWARZ*

RESUMO: Ao longo deste artigo pretendo, a partir de um estudo de caso a respeito da trajetória particular do Parque Nacional da Chapada Diamantina e de uma comunidade que habita seu território, a do Vale do Pati, apresentar ao leitor alguns elementos da relação entre os Parques Nacionais e o Ecoturismo, destacando, a partir de relatos de viajantes a respeito de sua experiência no Pati, duas tendências do capitalismo da virada do século XX para o XXI, a economia experiencial e a popularização do discurso sobre a sustentabilidade, que contribuíram para a popularização desta prática, a partir dos anos 1980.

PALAVRAS CHAVE: Vale do Pati. Ecoturismo. Chapada Diamantina. Parques nacionais. Turismo.

Introdução – Um mundo cheio de Ecos

Campinas, 20 de Janeiro de 2016: No conforto de minha EcoCabana, alcanço um bloco de EcoPapel e, assim que começo a escrever, percebo que meu EcoLápis acabara. Saio de minha EcoVila, dirijo meu EcoSport pela EcoVias e paro para abastecer no EcoPosto. Saindo de lá, estaciono

* Mestrando em Antropologia Social. UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Pós Graduação em Antropologia Social. Campinas – SP – Brasil. 13083-896 - danielshivas@gmail.com

¹ Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para o desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada: *O Vale do Pati e o parque nacional da Chapada Diamantina: percepções sobre o ecoturismo*, orientado por Emilia Pietrafesa de Godói.

no EcoPark e me dirijo ao EcoEmpório. A medida em que passeio, cruzo com EcoFraldas, EcoChás, EcoCeras, EcoCopos, EcoTijolos, EcoLonas, EcoBags, EcoProdutos e EcoEquipamentos e me pego devaneando: Há algum tempo venho trabalhando minha EcoConsciência, levando minha vida com EcoAtitude, e sempre buscando soluções EcoEficientes - porque não tirar umas férias e fazer EcoTurismo? (Texto do autor).

Desde há quase uma década venho cultivando o inusitado hábito de colecionar Ecos: percebendo uma presença cada vez mais sentida destes em minha vida decidi que, a cada vez que me deparasse com um produto, marca ou coisa que carregasse esse prefixo consigo, fotografaria ou anotaria seu nome.

Nos primeiros anos de minha coleção, costumava perguntar ao meu arquivista: Teria esse prefixo alguma conotação específica? Poderia eu, ao colecionar um número cada vez maior de Ecos, encontrar uma substância comum a todos eles? Passados alguns anos percebi que estas perguntas simplesmente não me ajudavam a pensar.

Os Ecos me levaram, então, a fazer perguntas outras: Estaríamos nós vivendo um momento em que a preocupação para com o meio ambiente realmente entrara na ordem do dia? Seriam estes elementos crenças mágicas (MINER, 1976), formas de encantamento do capitalismo milenial? (COMAROFF; COMAROFF, 2010)

As perguntas se complexificavam, mas ainda pareciam vir em par e me impelirem a empreender meus esforços na busca por respostas verdadeiras (LATOURET, 2004). Custou-me tempo até que eu percebesse a complexidade e a ambivalência das coisas (HENARE et. al., 2007) que habitam nosso mundo.

Revirando meus Ecos, encontro um título de um artigo científico que me permite observar as dualidades que sustentavam muitas de minhas perguntas: Eco-Estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou discurso?

Ironicamente, a autora parece não seguir o caminho que o título de seu artigo sugere. Ele, entretanto, me coloca a pensar em umas tantas questões: Discurso e realidade seriam, essencialmente, opostos? Não teriam o nosso discurso e a nossa imaginação efeito sobre nossas vidas, fazendo também parte de nossa realidade? Teríamos o poder e o desejo de, com nosso trabalho, determinar o que seria a verdade?

Esse impulso se apresenta a mim enquanto um eco de nossa vocação moderna de purificação (LATOURET, 2004), a qual constitui-se enquanto alicerce de nossa ciência que toma como dado a separação entre verdade e interpretação

(LATOUR, 2004), realidade e representação (INGOLD, 2012), natureza e cultura (INGOLD, 2000).

O artigo de Maimon (1994) sugere que o prefixo Eco é utilizado para denotar um produto industrial ou serviço que carrega consigo uma responsabilidade para com a preservação do meio ambiente, preocupação oriunda dos debates levantados pelo ecologistas e também do cenário de crise vivido pelo capitalismo global “[...] a partir dos dois choques de petróleo, em 1973 e 1979, [que provocou o] aumento do preço das commodities [e] resultou em inovações tecnológicas poupadoras de energia e de matéria-prima.” (MAIMON, 1994, p.119).

Os EcoProdutos, segundo a autora, teriam se popularizado a partir da década de 1980, quando “[...] a responsabilidade ambiental [passou], gradativamente, a ser encarada como uma necessidade de sobrevivência, constituindo **um mercado promissor.**” (MAIMON, 1994, p. 121, grifo nosso).

Este processo se refletiu, também, na indústria do turismo. Desde os anos 1980, vem se observando uma tendência de diminuição do crescimento do turismo de massas e a popularização de outras modalidades de turismo, dentre as quais, destaca-se outro Eco, o Ecoturismo, que vem se popularizando em uma velocidade cada vez mais acelerada, tendo crescido, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), mais de 20% no ano de 2015, quatro vezes mais do que o setor turístico em geral (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016).

É na tentativa de perceber os efeitos da popularização do Ecoturismo em uma comunidade residente no interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), o Vale do Pati, que venho construindo a minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social. O Ecoturismo chegou à região nos anos 1980, quase ao mesmo tempo que o Parque, uma Unidade de Conservação (UC) de Preservação Integral, categoria de territorialização que não permite a presença de populações humanas em seu território, mas que tem como um de seus objetivos o estímulo ao turismo dentro da UC.

Quando ingressei no curso de mestrado, minhas pretensões eram a de observar a maneira como a categoria população tradicional vinha sendo mobilizada na mediação do conflito entre o Parque Nacional da Chapada Diamantina, representado pelo O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)² e a população local, os Patizeiros, cuja relação particular com seu

² O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) criada no ano de 2007. Segundo página oficial: “Cabe ao Instituto executar

território seria observada a partir do contexto de vida da família em cuja casa costumava me hospedar em minhas visitas ao Vale – a casa de família de Dona Rachel, uma senhora de pouco mais de 65 anos, que é atualmente uma das casas do Pati que mais hospeda turistas.

Em minha última visita ao Pati antes de ingressar no mestrado, perguntei a Altemar, um rapaz que ajuda nas tarefas da casa de Dona Rachel, se as autarquias do governo federal responsáveis pela gestão do PNCD chegaram a efetivamente propor a demissão dos Patizeiros do Vale. Ele me respondeu que há muitos anos eles vieram com essa história, mas que o Vale do Pati era querido pelo povo – agências e operadores de turismo, guias e a população da Chapada em geral – que apresentou forte resistência à ideia, dissuadindo os responsáveis de levá-la adiante, já que sua presença ali era boa para todo o mundo.

Passei a seguir a teoria de Altemar e acredito que ela torne evidente alguns elementos que me levaram a reorientar os caminhos de minha pesquisa. Se a presença dos Patizeiros no interior da UC tem relação direta com o lugar ocupado pelo Vale do Pati na cadeia do turismo que se desenvolveu na Chapada Diamantina, porque não empreender meus esforços em compreender um pouco melhor este lugar, os caminhos da história que o levaram a consolidar-se enquanto um destino importante para a cadeia do turismo da região, a relação entre o PNCD e esse processo de popularização do turismo na Chapada Diamantina e qual a percepção – dos Patizeiros, da equipe do PNCD, dos habitantes das cidades do entorno do Parque, dos guias e dos turistas – a respeito do efeito deste turismo que vem se desenvolvendo na região?

Ao longo deste artigo apresento ao leitor alguns elementos do trabalho por mim empreendido ao longo do primeiro ano do curso de mestrado, em que procurei, a fim de me preparar para as incursões a campo, compreender um pouco melhor quais elementos teriam contribuído para que o Vale do Pati tornasse-se um destino de Ecoturismo consagrado: quais seriam as relações entre o Ecoturismo e os Parques Nacionais e quais elementos do capitalismo do final do século XX poderiam ter contribuído para a crescente popularização desta prática.

Nas páginas que se seguem, parto de uma breve apresentação a respeito dos caminhos da história do Vale do Pati e do PNCD, para posteriormente apontar alguns elementos mais gerais a respeito da relação entre os Parques Nacionais

as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.” (ICMbio, 2016).

(PNs) e o Ecoturismo. Na sequência, procuro apresentar ao leitor, a partir de elementos extraídos de relatos de viajantes sobre sua experiência no Vale do Pati disponíveis em blogs de turismo, a minha teoria a respeito de algumas características do capitalismo do final do século que podem ter contribuído para a massiva popularização da prática do Ecoturismo, observada a partir do final dos anos 1980.

O Vale do Pati

O Pati é um Vale profundo, localizado nas cabeceiras do rio Cachoeirão, na Chapada Diamantina, que ocupa, por sua vez, a região central do Estado da Bahia.

Atualmente, o Vale recebe “[...] todos os dias do ano aventureiros do mundo inteiro, que aportam neste paraíso atrás de desafios [...] [em busca do contato com suas] deslumbrantes e enormes montanhas, rios cristalinos e cachoeiras.” (TREKKING..., 2015). Este movimento vem se observando desde as duas últimas décadas do século XX, ao longo do qual o Pati passou por curtos e marcantes ciclos econômicos.

No início do século, a monocultura de café era a atividade econômica que movimentava a vida do Vale. O café, considerado dos mais deliciosos do Estado da Bahia (GUANAES, 2006), era cultivado em vales íngremes e moído em uma das sete rodas d'água³ que lá existiam. Nesta época, estima-se, o Pati era habitado por cerca de duas mil pessoas (BRASIL, 2007).

Na metade do século XX, a crise do setor cafeeiro do país levou à erradicação da cultura do café no Pati, espalhando sua população pelas cidades vizinhas e pelas capitais do país, principalmente São Paulo (GUANAES, 2006).

Os poucos habitantes que por lá decidiram permanecer recorreram à agricultura de subsistência, cultivando um roçado nas cercanias de sua casa, onde plantavam banana, mandioca, café e hortaliças e também trabalhando nas lavou-ras coletivas, onde eram plantados arroz e leguminosas (GUANAES, 2006).

Como complemento à renda familiar, no período das chuvas (entre Dezembro e Abril), os homens jovens iam trabalhar nas cidades vizinhas, oferecendo serviços de mão de obra não especializada, trabalhando como jardineiros e pedreiros, por exemplo.

³ Estas rodas d'água, atualmente, encontram-se expostas nas paredes das casas de alguns Patizeiros, servindo de referência para a memória cafeeicultora do Vale, trazendo à tona conversas e histórias sobre aquele tempo passado.

Os Patizeiros eram, à época, denominados nas cidades de seu entorno como os `comedores de godó`⁴, um purê de banana verde. Este termo carregava consigo o olhar da região sobre o estado de pobreza da população do Vale do Pati. A popularização do Pati enquanto destino turístico viria, entretanto, transformar essa situação nos últimos trinta anos.

Na década de 1980, alguns mochileiros passaram a visitar o Vale que era, neste período, habitado por cerca de 300 pessoas (FUNCH, 1982). Na década seguinte o volume de turistas cresceu e algumas agências de turismo passaram a oferecer passeios e pacotes no Vale. Nos anos 2000, o volume de turistas intensificara-se ainda mais, levando boa parte de sua população a depender do turismo (BRASIL, 2007).

D. Rachel me conta que foi nos primeiros anos dessa década que conseguiu economizar um dinheiro e cobrir os buracos do telhado de sua casa, em que vive com algumas de suas filhas e filhos e que serve de pouso para alguns turistas.

Na década presente, o turismo efervesceu. Quando estive lá pela última vez, em 2015, um Patizeiro⁵ me disse que isso deve-se a uma conjunção de fatores: o boca a boca estava crescendo, e cada vez mais gente, gringos e brasileiros, estava sabendo sobre o Vale e vinham ver pra crer. Além disso, a televisão não parava de fazer reportagens por lá – foram seis no ano de 2015, segundo ele, o que aumentava o interesse dos brasileiros em visitar a Chapada e o Pati.

Muitos fatores viriam a colaborar para a popularização da Chapada Diamantina e do Vale do Pati enquanto destinos de (Eco)turismo. Não seria possível, acredito, compreendermos este processo sem antes apresentar ao leitor alguns elementos a respeito do processo de criação do PNCD.

O Processo de criação do PNCD

Sancionado em 1985, o processo de criação do PNCD é minuciosamente descrito por Senilde Guanaes em sua tese de doutoramento. Nela, Guanaes (2006) nos mostra como a presença de agentes de uma organização juvenil norte americana, a *Peace Corps*⁶, fora fundamental para a introdução de alguns debates

⁴ O godó é tido atualmente como um prato típico da região, diz-se que tem sua origem na época do garimpo.

⁵ Chamo os habitantes do Vale de Patizeiros, pois se trata de uma categoria étnica, mobilizada tanto pelos moradores do Vale, quanto pelas pessoas que participam de suas vidas.

⁶ O Peace Corps, Corpo da Paz, é uma associação ligada ao governo Federal dos EUA. No texto de lei que rege seu ordenamento, o congresso declara, em 22 de Setembro de 1961, que sua função era a de: “Promover a paz e amizade mundial através de um Corpo da Paz, o qual deverá disponibilizar a países e áreas interessadas, homens e

no contexto local, como os de preservação dos patrimônios culturais e materiais, a criação de associações e assembleias, o desenvolvimento da vocação turística da região e a preservação e conservação do meio ambiente.

A figura do biólogo norte americano Ruy Funch destaca-se neste processo enquanto o idealizador do Parque e enquanto um dos mais importantes agentes dinamizadores do processo de turistificação da região. Enviado pela Peace Corps ao Brasil, Ruy mudou-se para a Chapada Diamantina depois de trabalhar para o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) em Brasília, onde atuava na produção de relatórios e estudos para o manejo de áreas protegidas.

Desde a sua chegada à Chapada Diamantina, Ruy começou a conduzir os poucos turistas que por lá chegavam nos caminhos que aprendera a partir de seu contato com os garimpeiros e dos passeios que fazia com eles. Os jovens da região passaram a perceber que essa prática de condução dos turistas poderia oferecer-lhes uma possibilidade de sustento e passaram a segui-lo, aprendendo este novo ofício (GUANAES, 2006).

O turismo, ainda incipiente, vinha sendo fomentado pelo poder público do Estado da Bahia a partir do “[...] levantamento do acervo de monumentos e sítios da área [...] [e] da construção de um confortável hotel pela Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A – EMTUR.” (CASTRO, 1982, não paginado) e previa-se um futuro potencialmente próspero.

Em um de seus passeios com os garimpeiros, Ruy conta que teve a ideia de encabeçar um movimento para a criação de um Parque Nacional na região:

Pensei: se fosse na Europa ou nos EUA isso aqui certamente seria um Parque Nacional! Como havia trabalhado com o IBDF, a primeira coisa que fiz foi escrever uma carta, em 1979, para Brasília e comecei a fazer campanha sozinho. Os contatos que eu tive como guia, com representantes do poder público (senadores, governadores...) contribuíram diretamente para a criação do Parque, que aconteceu seis anos depois, em setembro de 1985. (Roy Funch, Setembro de 2015, apud PINHO, 2015).

mulheres dos Estados Unidos qualificados para prestação de serviços em locais no exterior [...] [de modo], a ajudar os povos destes países e áreas a satisfazer suas necessidades por mão de obra especializada, particularmente direcionado àqueles que vivem nas regiões mais pobres destes países [...]” (ESTADOS UNIDOS, 1961, tradução nossa). Guanaes (2006) nos informa que a presença dos membros do Peace Corps na cidade de Lençóis fora demandada por seu prefeito, que ficou sabendo do programa pelo rádio e decidiu inscrever a cidade para receber os jovens voluntários.

Para vender um pouco melhor o seu peixe, Ruy, que já tinha experiência trabalhando com Planos de Manejo para os Parques Nacionais brasileiros e que conhecia o corpo técnico do IBDF, preparou um livro em que apresentava ao leitor um “[...] relatório sucinto e desprezioso [...] [cujo] objetivo é sugerir ao IBDF uma delimitação da maior extensão possível de área a ser preservada e talvez institucionalizada como Parque Nacional.” (FUNCH, 1982, p. 10).

Depois de alguns anos Ruy conseguiu convencer o poder público a enviar técnicos para a região e considerar sua proposta de criação de um Parque. Sua versão da história, transcrita por Guanaes (2006), nos informa a maneira pela qual o processo foi conduzido, iluminando os debates que serão desenvolvidos na sequência:

Só para mostrar como o processo era meio doido, eles chegaram aqui e se basearam na proposta do meu livro, [...], aí a gente passou uma semana aqui indo para vários pontos e no último dia da vistoria deles alugamos um avião para ver por cima, para checar os limites e as áreas por cima, então a gente voou para cima e para baixo do Parque e todo mundo ficou satisfeito e a gente disse para o piloto: vamos voltar para o aeroporto, e o piloto naquele momento disse: vocês querem ver mais umas cachoeiras? Eles (os técnicos) disseram: por que não.... Então voamos ao sul do Mucugê, tinha umas 3 ou 4 cachoeiras lindas lá e em questão de 15 minutos o Parque quase dobrou de tamanho, [...] Então, o processo de criação do Parque foi medonho, não tinha realmente embasamento técnico nenhum, era só ver que estava bonito, preservado, e muito em função das serras (quantidade de montanhas) e dos recursos hídricos, e vamos preservar isso, preservar aquilo [...] (Roy Funch, 2004, apud GUANAES, 2006, p. 105).

Com a anuência dos especialistas e o apoio de agentes e instituições politicamente influentes, tais como o *Jornal A Tarde* e a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia (CASTRO, 1982), o Parque viria a ser instituído alguns anos mais tarde, passando a ser controlado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Seu objetivo básico seria o de:

[...] proteger amostra dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, assegurando a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação,

pesquisa científica e também contribuindo para a preservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural existentes na área. (BRASIL, 1985, Art. 1).

Com base no Decreto Nº 84.017, que regulamentava os Parques Nacionais Brasileiros, sabemos que o IBDF tinha a função de “preservá-los e mantê-los intocáveis” (BRASIL, 1979, Art. 1, § 2º), não prevendo a possibilidade da moradia de grupos humanos em seus territórios.

O Vale do Pati Pós-Parque, Rumo ao Ecoturismo

Instituído o Parque, as autarquias federais responsáveis por sua gestão – o IBDF, posteriormente o Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e finalmente o ICMBio - passaram a impor algumas restrições ao modo de vida dos Patizeiros. Proibiram o corte do cipó, a circulação dentro do Parque com espingardas de caça, as queimadas de áreas para pasto de animais, o aumento das roças já existentes e o plantio nas encostas dos rios, o uso de animais de carga para o transporte de turistas, a criação de pássaros em gaiolas e a construção de novas edificações.

Guañes (2006) nos mostra como muitas destas restrições incidiram sobre o modo de vida local e, mesmo que as agências não dispusessem de ferramentas para efetivar seu domínio sobre o território do Parque, dado a ausência de fiscais e de verbas para a desapropriação de suas áreas, elas foram pouco a pouco sendo, mesmo que não completamente, adotadas pelos Patizeiros.

A estas restrições soma-se o esvaziamento dos serviços públicos, como o fechamento das duas escolas do Vale, gerando uma situação de relativa negligência do poder público para com a população local.

Este cenário não parece ser exclusivo ao caso aqui estudado. Um paralelo com outras áreas tornadas Parques (FERREIRA; CARNEIRO, 2005; TEIXEIRA, 2009) pode ser traçado e o que podemos perceber é que este tipo de tratamento pode ser encarado como uma estratégia mais ou menos padronizada: até que se tenha meios para efetivar o poder do Parque sobre seu território, as instituições de preservação vão impondo a seus moradores uma série de restrições e regulações.

Penso que seja disso que o texto da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) queira dizer ao falar que:

Até que seja possível efetuar o reassentamento [...] serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações. (BRASIL, 2000, Art. 42 § 2º).

Sofrendo com a pressão gerada por estas restrições, as populações locais parecem, de modo geral, ser impelidas a escolherem alguns caminhos possíveis: ou abandonam seus lares ou encontram alternativas de sustento que alinhem-se às novas condições colocadas pelas agências de conservação (FERREIRA; CARNEIRO, 2005; GUANAES, 2006).

A alternativa, no caso específico dos moradores do Vale do Pati, encontrava-se na prestação de serviços para os turistas que passaram a visitar a região em busca de suas belezas cênicas.

Conforme determinado por outro excerto da lei do SNUC podemos perceber que este tipo de atividade “de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000, Art. 4) constituiu-se enquanto um dos objetivos centrais dos Parques Nacionais brasileiros.

Antes, porém, de olharmos para o fenômeno do turismo no Vale do Pati, permita-me o leitor um breve desvio de percurso em direção a alguns elementos da historicidade desses espaços de natureza protegida, procurando observar alguns elementos mobilizados em sua criação e defesa e em apontar algumas relações entre eles e o turismo.

Parques Nacionais: natureza intocada

A maioria das Unidades de Conservação do Brasil foi criada entre 1970 e 1986, durante o regime militar. Os PNs brasileiros e a grande maioria dos PNs do mundo tem como inspiração o modelo de conservação adotado pelos EUA a partir da criação, em 1872, do primeiro PN da história, o de *Yellowstone* (DIEGUES, 1996), que teria como intenção básica a de:

[...] proteger a **vida selvagem (wilderness)** ameaçada [...] pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza. A ideia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do **mundo natural** em seu esta-

do primitivo, anterior à intervenção humana. (DIEGUES, 1996, p. 1, grifo nosso).

Wilderness, assim que a conheci, por meio do trabalho de outros autores (NASH, 2014; DIEGUES, 1996), se apresentava a mim enquanto algo extremamente complexo e de difícil apreensão. Recorri, inicialmente, a um dicionário, que me apresentava wilderness enquanto “[...] uma região não cultivada, inabitada e inóspita.”⁷ (FLEXER, 2001, p. 155, tradução nossa). Conhecendo um pouco a respeito de alguns Parques Nacionais, me incomodava em seguir essa aceção em meu trabalho e traduzir wilderness para nosso idioma parecia uma tarefa impossível.

Foi só depois de algum tempo que percebi a vantagem de encarar wilderness enquanto uma coisa (HENARE et. al., 2007), chamá-la pelo nome e seguir seus caminhos pelas tramas da história dos EUA, procurando observar as múltiplas valências de que foi investida em sua relação com o povo que a cultivou.

Segundo o historiador estadunidense Roderick Nash (2014), quando do início da empreitada colonial em seu país, os pioneiros costumavam enxergar *wilderness* enquanto uma ameaça, um lugar a ser conquistado.

O termo, nesta época, era mobilizado para referir-se a “[...] algo deserto, selvagem, árido [...]. Sua conotação era tudo menos positiva e a emoção que alguém estava mais propenso a sentir em sua presença era de perplexidade ou terror.”⁸ (CRONON, 1996, p. 77, tradução nossa).

Foi só a partir da Independência do país, de sua rápida expansão em direção ao Oeste e da acelerada urbanização que o país viveu em seu primeiro século de vida, que *wilderness* passou a ser imaginada enquanto uma coisa positiva, passando inclusive a ser mobilizada enquanto elemento distintivo da identidade nacional (NASH, 2014).

O país havia se constituído a partir da conquista dessa *wilderness* e alguns membros de sua elite urbana passaram a defender que, dado o seu crescente desaparecimento, ela deveria ser preservada em prol da memória das grandes conquistas nacionais.

Este processo de virada em relação à *wilderness* seria deflagrado no país a partir da segunda metade do século XIX e relaciona-se diretamente com os efei-

⁷ “[...] an uncultivated, uninhabited, and inhospitable region.” (FLEXER, 2001, p. 155)

⁸ “To be a *wilderness* then was to be deserted, savage, desolate [...]. Its connotations were anything but positive, and the emotion one was likely to feel in its presence was bewilderment or terror.” (CRONON, 1996, p. 77).

tos do contato de alguns cidadãos estadunidenses com as ideias do Romantismo, movimento estético popularizado na Europa nos séculos XVIII e XIX.

Foi a partir da ressignificação das ideias de culto à natureza trazidas por este movimento que, desde a primeira metade do século XIX, alguns americanos passaram a acreditar que o homem teria uma dupla essência: uma física, que o conectaria com a materialidade do mundo natural e uma espiritual que o permitiria transcender esta condição (NASH, 2014).

Estas seriam, de maneira muito geral, as bases do pensamento transcendentalista norte-americano, popularizado pelas penas de Henry David Thoreau e Ralph Waldo Emerson. A partir de suas ideias, popularizou-se a noção de que o contato com a *wilderness* poderia permitir ao homem um contato direto com a sua espiritualidade, a qual vinha sendo ofuscada pelas agruras da vida urbana.

As primeiras áreas protegidas americanas, entretanto, não mobilizariam a noção de *wilderness* para serem legitimadas (NASH, 2014). A história destas áreas teve início no ano de 1864, quando em Yosemite, na Califórnia, foi criado um parque Estadual “[...] para uso público, estância e recreação [...]” (NATIONAL PARK SERVICE, 2016, tradução nossa), com a intenção, também, de se proteger as nascentes dos rios que abasteciam a cidade de São Francisco (NASH, 2014).

Seis anos mais tarde, um grupo de 5 homens, patrocinados pela ferrovia *Pacific Railroad Company*, se dirigiria à região de *Yellowstone* para ‘descobrirem’ suas belezas cênicas. Depois de outras duas expedições, das quais fizeram parte fotógrafos, pintores, geólogos, biólogos e que tiveram como resultado uma série de publicações divulgadas para a população nacional por meio da imprensa, o Congresso americano viria a considerar, no início do ano de 1870, a possibilidade de criação de um Parque na região.

Nash (2014) descreve de maneira bastante minuciosa os debates e grupos de interesse envolvidos no estabelecimento das primeiras áreas protegidas do país, destacando o apoio e investimento da companhia ferroviária no projeto de criação de *Yellowstone*, dado seus interesses no volume potencial de pessoas que se deslocariam à região para a prática de turismo.

O Parque Nacional de *Yellowstone* viria a ser sancionado pelo Congresso Nacional dos EUA no ano de 1872. Seu decreto de criação previa que uma área de mais de 8 milhões de metros quadrados, no Noroeste do Estado de *Wyoming*, fosse:

⁹ “[...] for public use, stance and recreation [...]”. (NATIONAL PARK SERVICE, 2016).

[...] reservada da habitação, ocupação e venda [...] e reservado enquanto um parque público ou um local voltado para o gozo e desfrute da população [...]. [A Secretaria do Interior] deve prover a preservação [...] de toda a madeira, depósitos minerais, curiosidades naturais ou maravilhas dentro deste parque [...] em sua condição natural.¹⁰ (NASH, 2014, p.108, tradução nossa).

Poucas décadas depois da criação dos primeiros Parques, o engenheiro John Muir, tido como o grande preservacionista norte-americano (NASH, 2014), iria apropriar-se das ideias dos transcendentalistas e mobilizar a ideia de *wilderness* enquanto um santuário benéfico à saúde de seu povo, dedicando sua vida à defesa destes santuários e à difusão de seus ideais.

Para tal fim, Muir criou o *Sierra Club*, um clube de montanhismo que hoje possui mais de 2 milhões de sócios e vem atuando, ao longo de seus mais de 124 anos de história, na promoção e preservação da *wilderness* norte-americana e na publicização dos efeitos benéficos para a saúde e o espírito humano.

Nos primeiros anos do século XX, Muir conduziria o então presidente americano Theodor Roosevelt em uma caminhada de três dias pelo Parque de Yellowstone. O presidente, entusiasta do movimento e habituado em fazer visitas periódicas à *wilderness*, viria a dedicar-se à exportação deste modelo de preservação pelo mundo, principalmente para o continente africano (NASH, 2014).

Nesta breve apresentação de alguns elementos dos caminhos da história da relação entre os americanos e a *wilderness*, podemos perceber de maneira bastante clara o processo de separação moderna, em que o homem inventa a natureza enquanto o seu Outro (INGOLD, 2012).

Os Parques Nacionais dos EUA, cujo modelo fora exportado para várias partes do mundo, foram e vem sendo defendidos e legitimados enquanto instrumento de preservação dessa *wilderness*, imaginada enquanto “[...] uma ilha no poluído oceano da modernidade urbano-industrial [...] o melhor antídoto contra nós mesmos, um refúgio que devemos recuperar se esperamos, de alguma maneira, salvar o planeta.”¹¹ (CRONON, 1996, p. 82, tradução nossa).

¹⁰ “[...] reserved and withdrawn from settlement, occupancy, or sale [...] and set apart as a public park or pleasuring ground for the benefit and enjoyment of the people. [...] [The Secretary of the Interior] shall provide for the preservation [...] of all timber, mineral deposits, natural curiosities, or wonders within said park [...] in their natural condition.” (NASH, 2014, p.108).

¹¹ “[...] an island in the polluted sea of urban-industrial modernity, the one place we can turn for escape from our own too-muchness. Seen in this way, *wilderness* presents itself as the best antidote to our human selves, a refuge we must somehow recover if we hope to save the planet.” (CRONON, 1996, p. 82).

Com a invenção dos PNs, os estadunidenses conferiam a este elemento de sua imaginação uma morada: as *ilhas de conservação* (DIEGUES, 1996). Esta imagem permite que nos aproximemos do trabalho do antropólogo David Picard sobre o turismo na ilha de *La Réunion*, território francês no Sul do continente Africano.

Para dar conta de descrever os elementos propulsores do processo de turistificação da ilha, o autor lança mão do conceito de *gardening*: para ele, a ilha que estuda vem sendo cultivada enquanto um jardim contemplativo, um espaço controlado e modelado de acordo com elementos da imaginação moderna.

Os PNs, para Picard exagerariam esta metáfora e se constituiriam enquanto grandes jardins, remodelados de acordo com a imaginação de seus inventores, “[...] de acordo com um olhar idealizado sobre a *wilderness* endêmica – purificada e protegida.”¹² (PICARD, 2010, p.142, tradução nossa).

Atualmente, observa Picard (2010), com a ascensão do ecoturismo, que valoriza o uso de infraestruturas de baixa tecnologia e da cadeia local de produção de materiais, o que se observa é o cultivo de certos jardins em que a população local passa a ser vista enquanto parte destas paisagens construídas em conformidade com a maneira como se imagina a *wilderness*.

O turismo, em casos como este, iria pouco a pouco introduzindo na vida local um novo sistema de valores dentro do qual a geração de renda não estaria mais atrelada à fertilidade dos solos e à produtividade do trabalho¹³, mas sim aos valores estéticos, paisagísticos e simbólicos valorizados pelos turistas e pela indústria do turismo. O trabalho dos locais com a terra passaria então a ter valor enquanto ato performático de cultivo e a manutenção dos jardins e enquanto apresentação de um modo de vida em harmonia com a natureza.

Em um trecho do episódio do programa de televisão Globo Repórter (2014)¹⁴ dedicado à Chapada Diamantina, quando o âncora apresenta alguns moradores locais do Pati, posso perceber um retrato deste olhar essencialista

¹² “[...] according to an idealized vision of endemic *wilderness* – purified and protected from ‘exotic’ plants, animals and ‘anthropogenic impacts.’” (PICARD, 2010, p.142).

¹³ Certo dia, conversando com João, filho de D. Rachel, perguntei a ele sobre o motivo que havia levado a família a dedicar-se menos a horta e à agricultura. Ele me respondeu que não havia como dar conta de todos os afazeres e, neste caso específico `era melhor comprar do que fazer`. A agricultura demandava muita dedicação e, tendo condições de comprar comida nas cidades em volta, escolheram dedicar-se menos a ela. Mesmo assim, o jardim da casa continua bastante bem cultivado.

¹⁴ Programa semanal de reportagens exibido pela Rede Globo de Televisão.

sobre os Patizeiros, que os inventa enquanto representantes de um “arcaísmo pastoral” (COMAROFF; COMAROFF, 2010, p. 37):

Em completa harmonia com a bela paisagem da natureza. É assim a vida de quem mora no Pati. Aqui não tem telefone nem televisão nem internet. É um mundo desconectado. (GLOBO REPÓRTER, 2014).

A busca por este Outro parece um dos grandes elementos atrativos dos Ecoturistas ao Vale do Pati. Em conversa com um jovem paulista operador e guia turístico da cidade de Lençóis, fiquei sabendo que, principalmente para o público nacional, este tipo de turismo cultural é um dos grandes trunfos do pacote que sua agência oferece no Vale do Pati.

O Ecoturismo e as tendências do capitalismo da virada do século XX

O turismo, atualmente, configura-se enquanto uma das três mais importantes indústrias do mundo em termos de geração de divisas, sendo apontado por alguns pesquisadores, como Urry e Larsen (2011), enquanto a mais importante atividade econômica da contemporaneidade.

Desde os anos 1980, a indústria do turismo vem se diversificando e oferecendo aos viajantes uma série de novos produtos e serviços, dentre eles o Ecoturismo. A Organização Mundial do Turismo (OMT), que constitui-se enquanto uma agência vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), defende em sua página oficial que o ecoturismo e “[...] as áreas de natureza protegida possuem uma ligação forte, visto que o turismo pode contribuir para os propósitos de conservação.” (WORLD TOURISM ORGANIZATION, [2016]).

Tendo isso em mente, a organização vem, desde 2012, encabeçando uma campanha de promoção do ecoturismo, defendendo seu potencial de colaborar com a conservação ambiental e com a erradicação da pobreza. Penso que esta campanha evidencie aquilo que Comaroff e Comaroff (2001) denominam como a tendência messiânica do capitalismo milenial: a faceta salvífica do sistema que, se incorporado por todos, pode levar o mundo à erradicação da pobreza e a melhora da qualidade de vida de todos.

O Vale do Pati é, atualmente, midiaticizado enquanto um dos destinos de Ecoturismo de destaque no cenário nacional e vem sendo midiaticizado enquanto um dos destinos de aventura mais belos do país e do mundo¹⁵.

A meu ver, a crescente popularização do Ecoturismo, a partir dos anos 1980, tem uma relação estreita com, pelo menos, duas tendências do capitalismo da virada do século XX para o XXI: a popularização do discurso sobre a sustentabilidade (MARTINS, 2011) e a economia experiencial (PINE; GILMORE, 1999).

A popularização dos discursos sobre a sustentabilidade teve seu início no final dos anos 1970. Nesta época, os debates a respeito da escassez dos recursos naturais – surgidos em um momento de crise do sistema capitalista (GUIMARÃES, 1995) – mobilizaram a formação e a popularização de movimentos sociais em defesa da ecologia e a realização de conferências internacionais organizadas pela ONU (LIMA, 2003).

Na década seguinte, este movimento ganhou força com os trabalhos do economista Ignacy Sachs (1986), segundo o qual o momento de crise que o sistema capitalista vinha passando deveria ser encarado enquanto um sinal para a necessidade de reavaliação da noção de desenvolvimento econômico dominante.

A alternativa, segundo o economista, seria a de a humanidade voltar-se para aquilo que chamou de Ecodesenvolvimento, o desenvolvimento econômico voltado à solução das desigualdades entre os povos promovidas pelo capitalismo até então, orientado para um uso dos recursos que tivesse como preocupação central a necessidade das gerações futuras.

As ideias de Sachs seriam apropriadas pela comissão especial Nosso Futuro Comum, criada pela assembleia geral da ONU no ano de 1983, que tratou de retirar de sua pauta alguns conteúdos emancipadores do discurso de Sachs (LIMA, 2003), cunhando a noção de desenvolvimento sustentável, um modelo de desenvolvimento que atendessem às necessidades do presente sem comprometer a necessidade de as gerações futuras atenderem aos seus.

O desenvolvimento sustentável tornou-se, então, um dos corolários do sistema capitalista neoliberal e foi responsável por conferir um grande fôlego a este, unindo os quatro cantos do globo em torno de um objetivo comum e constituindo-se enquanto um dos elementos propulsores do movimento de globalização (LUCHIARI, 1998).

¹⁵ O Pati vem sendo midiaticizado enquanto o terceiro trekking – caminhada de natureza - mais bonito do mundo. No ano de 2010 o Ministério do Turismo premiou o Vale do Pati como a mais importante caminhada na categoria Roteiro Turístico, Segmento do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil.

A partir da publicação dos trabalhos desta comissão, o discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo incorporado às políticas econômicas nacionais e transnacionais (idem), fazendo com que os EcoProdutos (MAIMON, 1994) passassem a habitar nosso universo com presença cada vez mais evidente. Atualmente, passados quase 30 anos da publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, resultado dos trabalhos da comissão especial da ONU, podemos perceber a força e a vitalidade que este processo teve no desenvolvimento do sistema capitalista e na vida daqueles que dele fazemos parte.

A demanda crescente pelo Ecoturismo, acredito, estaria também intimamente relacionada com a economia experiencial, chamada por alguns autores como a quarta fase da economia global (SUNDBO, 2013). Podemos defini-la enquanto uma modalidade de negócios em que a experiência do consumidor constitui-se enquanto o valor primordial. A partir dela, tem-se a valorização da ideia de que o consumo de determinados produtos levaria ao consumidor a oportunidade de vivências individualizadas e singulares.

Na grande maioria dos depoimentos de viajantes sobre a sua experiência no Vale do Pati que encontramos em blogs de turismo, o que podemos perceber é que esta experiência é encarada enquanto um aprendizado e uma oportunidade de transformação:

Da mais alta montanha na Chapada da Diamantina tive de volta a plenitude. Sabe aquela sensação de que se pode morrer porque já entendeu o sentido da vida? Cada trilha andada transformava um pouco de mim. Em uma trilha cada passo é um avante em um caminho que não sabemos onde vai dar, mas caminhamos. Como são muitos os obstáculos, voltamos para casa com uma sensação de que podemos: Podemos vencer, podemos ser nós mesmos e sobretudo podemos compartilhar com essa força maior que rege tudo isso. E que eu possa da mais alta montanha olhar além do céu, além do infinito por dentro de mim e em mim!!! (MATTEI, [2016]).

Acredito, amparado pelo trabalho de outros autores e pela minha própria experiência enquanto turista, que esta percepção seja bastante comum àqueles que aventuram-se pelos caminhos do Ecoturismo: em seu tempo livre (CORBIN, 2001), os turistas, geralmente trabalhadores da sociedade urbana (MARTINS, 2011), passaram a valorizar experiências de aventura, buscando vivenciar situações que contrastem com suas situações rotineiras (FERREIRA; CARNEIRO, 2005), situações que chamaria ruptura limitada, porque contro-

ladas e mediadas por outros agentes envolvidos na prática turística, como guias e locais.

Em minha visita ao Vale antes de ingressar no mestrado, um guia me disse que na região vem se difundindo a ideia que o Pati tornou-se um *Barbie Trekking*. Este termo êmico carregaria consigo o olhar dos guias para a necessidade de tutelação de alguns turistas que se deslocam ao Vale, sem o devido preparo.

O que motivaria as pessoas, parece-me, seria o fato que o deslocamento passageiro em direção a estes locais desencadearia um processo de (re)descobrimto de si (URRY; LARSEN, 2011) e de uma força maior a partir de um contato com a natureza, elementos que, como já observamos algumas páginas acima, vem sendo mobilizados desde pelo menos a primeira metade do século XIX.

Conclusão

Os defensores dos Parques Nacionais, como a história do Parque Nacional da Chapada Diamantina e do Parque Nacional de Yellowstone aqui apresentadas sucintamente sugerem, foram pessoas que engajaram-se em práticas de visitaçào passageira a estas áreas e empreenderam seus esforços na difusão e popularização desta modalidade de turismo que, a partir dos anos 1980, passou a ser chamada de Ecoturismo.

As inovações do sistema capitalista trazidas pelas duas últimas décadas do século XX parecem ter contribuído para a popularização deste fenômeno, que vem se constituindo, atualmente, enquanto um mercado em acelerada expansão e um importante vetor de desenvolvimento.

Pouco antes de partir para minha última viagem ao Pati, me dirigi a uma das mil cento e vinte e uma lojas da empresa líder mundial na distribuição de artigos esportivos, presente em 23 países e que movimentou um montante de 15 bilhões de dólares no ano de 2015, para comprar alguns artigos que me acompanhariam em meus caminhos.

Estando lá, pude perceber o tamanho da indústria de equipamentos esportivos e a quantidade de materiais oferecidos por ela àqueles que estão dispostos a engajarem-se em práticas de turismo em “ambientes naturais” (CENTRO EXCURSIONISTA UNIVERSITÁRIO, 2016, p. 2).

Na loja, recebi um folheto impresso com o apoio do *World Wildlife Foundation* intitulado ‘Pega Leve: mínimo impacto em áreas protegidas’. Este folheto dizia que, “[...] com a popularização do ecoturismo, milhares de pessoas

procuram os ambientes naturais como os Parques Nacionais [...] para [realizar] atividades de lazer.” (CENTRO EXCURSIONISTA UNIVERSITÁRIO, 2016, p. 2) e apresentava-se enquanto um pequeno roteiro de como o Ecoturista deveria se portar nestes espaços de natureza protegida, na busca pelo mínimo impacto.

O folheto parece convidar seu leitor a refletir sobre o impacto que irá provocar nos ambientes a que se deslocará, oferecendo a este a sensação de que com a escolha de alguns hábitos, será capaz de mitigar seus impactos negativos e desfrutar de uma experiência ecologicamente correta.

Desde a sua invenção, os Parques Nacionais dos EUA e de nosso país vem estimulando o turismo, defendendo a ideia de que este pode ter papel importante na preservação do meio ambiente, ideia esta também defendida pela OMT (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016).

A recente popularização do Ecoturismo e o galopante crescimento do setor na região do PNCD vem gerando, contudo, um cenário de desconfiança da população local para com a efetividade desta auto reflexividade - aliada ao papel mediador dos guias locais - como estratégia de conservação.

A relação entre o turismo e a conservação ambiental, baseada na *wilderness*, é recheada de ambivalências. Como manter um lugar selvagem e intocado se a ele se dirigem milhares de pessoas? Penso que grande parte destas ambivalências e dos problemas de gestão que estas carregam consigo sejam tributárias da maneira como, ainda hoje, insiste-se em imaginar os Parques Nacionais enquanto a morada da *wilderness*.

VALE DO PATI: NATIONAL PARKS AND THE POPULARIZATION OF THE ECOTOURISM SINCE THE 1980s.

ABSTRACT: *In this article I intend to, by developing a case study about the Pati Valley and the Chapada Diamantina National Park, explore several features of the relation between the National Parks and the Ecotourism. Observing several tourists' trip accounts about their experience in the Pati Valley, I will stress a pair of tendencies of the capitalism of the turn of the century XX to XXI, the experience economy and the popularization of the sustainability discourse, that might have contributed to the popularization of the ecotourism, by the 1980s onwards.*

KEYWORDS: *Pati Valley. Ecotourism. Chapada Diamantina. National parks. Tourism.*

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de manejo:** Parque Nacional Da Chapada Diamantina. Brasília, 2007. Disponível em: <http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/planoManejo/PM_parna_chapada_diamantina.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

BRASIL. Decreto nº 91.655, de 17 de setembro de 1985. Cria o Parque Nacional da Chapada da Diamantina. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 18 set. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91655.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

BRASIL. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Regulamenta os Parques Nacionais brasileiros. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 21 set. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CASTRO, M. F. Apresentação. In: FUNCH, R. **Chapada Diamantina, uma reserva natural**. Salvador: Pedro Belmonte Fraga, 1982.

CENTRO EXCURSIONISTA UNIVERSITÁRIO. **Pega leve:** mínimo impacto em ambientes naturais. São Paulo, [2016].

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Etnografia e imaginação histórica. **Proa: Revista de Antropologia e Arte**, Campinas, v. 1, n. 2, 2010. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/TraducoesII/comaroff.html#sdendnote1sym>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. **Millennial capitalism:** first thoughts on a second coming. Durham: Duke University Press, 2001.

CORBIN, A. (Ed.). **História dos tempos livres:** o advento do lazer. Lisboa: Teorema, 2001.

CRONON, W. (Org.). **Uncommon ground:** rethinking the human place in nature. Nova Iorque: W. W. Norton, 1996.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ESTADOS UNIDOS. **Public law 87-293**, de 22 de Setembro de 1961. Peace corps act. Washington, 22 Sept. 1961. Disponível em: <<https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-75/pdf/STATUTE-75-Pg612.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

FERREIRA, H. C. H; CARNEIRO, M. J. Conservação ambiental, turismo e população local. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p. 1-13, 2005.

FLEXER, F. B. **The new Oxford American dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FUNCH, R. **Chapada Diamantina, uma reserva natural**. Salvador: Pedro Belmonte, 1982.

GLOBO REPÓRTER. **Episódio Chapada Diamantina**. Produção de Luiz Costa Jr. Edição de Meg Cunha. São Paulo: Rede Globo de Televisão ; Salvador: TV Bahia, 17 out. 2014. (43 min).

GUANAES, S. A. **“Meu quintal não é parque!” populações locais e gestão ambiental no parque nacional da Chapada Diamantina - BA**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GUIMARÃES, R. P. O desafio político do desenvolvimento sustentado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 35, p.13-136, 1995.

HENARE, A. et al. Introduction: thinking through things. In: HENARE, A. et al. (ed.). **Thinking through things: theorizing artefacts ethnographically**. Nova Iorque: Routledge, 2007. p. 1-32.

INGOLD, T. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: STEIL, C.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). **Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 15-31.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays in Livelihood, Dwelling and Skill**. Londres: Routledge, 2000.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE [ICMBio]. **O instituto**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstitutio>>. Acesso em: 28/08/2016.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003.

LUCHIARI, M. T. Urbanização turística: um novo nexos entre o Lugar e o mundo. In: LIMA, L.C. (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.

MAIMON, D. Eco-estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou discurso? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 119-130, jul./ago. 1994.

MARTINS, A. L. Lazer e áreas protegidas: conflitos na busca de “emoções agradáveis”. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. XIV, n. 2 p. 51-67, jul./dez. 2011.

MATTEI, J. Relatos de viagens: Chapada Diamantina. **Venturas**, São Paulo, [2016]. [Depoimento sobre a viagem]. Disponível em: <http://www.venturas.eco.br/id/5/id_dep/0/>. Acesso em: 17 ago. 2016.

MINER, H. Body ritual among the Nacirema. In: ROONEY, A.; DE VORE, P. (Org.). **You and the others: readings in introductory anthropology**. Cambridge: Erlich, 1976. p. 72-81.

NASH, R. F. **Wilderness and the American Mind**. New Haven: Yale University Press, 2014.

NATIONAL PARK SERVICE. **On June 30, 1864...** U.S. Department of the Interior, 2016. [Excerto] The Yosemite Grant Act was signed by President Abraham Lincoln on June 30, 1864. Disponível em: <<https://www.nps.gov/featurecontent/yose/anniversary/timeline/in-1864/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PICARD, D. Tropical Islands and formations of modernity. In: SCOTT, J.; SELWIN, T. (Ed.). **Thinking through tourism**. Oxford: Bergham Books, 2010. p. 139–160.

PINE, B. J.; GILMORE, J. H. **The experience economy: work is theatre and everyday business a stage**. Boston: Harvard Business Review Press, 1999.

PINHO, V. Roy Funch: um verdadeiro defensor da natureza! **Guia Turístico Chapada Diamantina**, [S.l.], 24 set. 2015. Disponível em: <<http://www.guiachapadadiamantina.com.br/roy-funch-um-verdadeiro-defensor-da-natureza/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SUNDBO, J. **Handbook on the experience economy**. Londres: Edward Elgar, 2013.

TEIXEIRA, P. R. **A visão população de Mostardas e Tavares – RS sobre a contribuição do turismo no Parque Nacional da Lagoa do Peixe ao desenvolvimento local**. 2009. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2009.

TREKKING no Vale do Pati: cinco dias de aventura e muita ralação por um dos lugares mais bonitos do Brasil. **Tô Perambulando**, [S.l.], 18 dez. 2015. [Relato de viagem]. Disponível em: <<http://toperambulando.com.br/trekking-no-vale-do-pati/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

URRY, J.; LARSEN, J. **The tourist gaze 3.0**. Londres: Sage, 2011.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Annual report 2015**. Madrid, 2016. Disponível em: <http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/annual_report_2015_lr.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Ecotourism and protected areas**. Madrid, [2016]. Disponível em: <<http://sdt.unwto.org/content/ecotourism-and-protected-areas>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

Submetido em 19/06/2016

Aprovado em 19/09/2016

